

A REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS E A MORALIZAÇÃO SOCIAL: CULTO CÍVICO, RELIGIÃO DA PÁTRIA, O ESCOTISMO.

Enéias Borges Dias¹
UNESP – Araraquara/SP

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões sobre o papel da imprensa educacional na propagação dos ideais republicanos de transformação da sociedade brasileira no período que compreende os anos de 1910 e 1920. A pesquisa teve como fonte documental a *Revista da Escola Normal de São Carlos* publicada e editada pelo corpo docente da Escola Normal Secundária de São Carlos entre os anos de 1916 a 1923 e destinada aos professores públicos. Dentre as temáticas abordadas pelo periódico à extensão da participação política, a oficialização do escotismo, a formação cívica e patriótica da população e, principalmente, o combate ao analfabetismo foram amplamente veiculados, debatidos e propagandeados ao longo de suas páginas, durante seu “ciclo de vida”, 1916 a 1923. Os temas abordados por essa publicação periódica contribuíram para a difusão de concepções e ideias sintonizadas com a problemática das transformações sociais educacionais em curso nos anos de 1910 e 1920.

Palavras-chave: Revistas de Educação; História da Educação; Nacionalismo; Escotismo; Escola Normal de São Carlos.

THE REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS AND SOCIAL MORALIZATION: WORSHIP CIVIC, RELIGION OF HOMELAND, THE SCOUTING.

ABSTRACT

This article presents reflections on the role of educational media in propagating the ideals of republican transformation of Brazilian society in the period comprising the years 1910 and 1920. The research was supported by the source document in the *Revista da Escola Normal de São Carlos* published and edited by the School Normal College of São Carlos between 1916 years and 1923 for teachers and public. Among the issues addressed by the magazine highlights the expansion of political participation, Scouting, civic and patriotic population, and especially the fight against illiteracy was widely displayed, discussed and disseminated through its pages during their "life cycle" from 1916 to 1923. The topics covered by this publication regularly contributes to the spread of ideas and concepts in tune with the problems of education social transformations taking place in the years 1910 and 1920.

Keywords: Magazines Education, History of Education; Nationalism; Scouting; School Normal College of São Carlos.

A Revista da Escola Normal de São Carlos foi um periódico educacional editado e publicado pelo corpo docente da Escola Normal Secundária de São Carlos entre os anos de 1916 a 1923. Trata-se de uma publicação pedagógica, com caráter de inovação educacional e que contou com a colaboração de autores de projeção intelectual no contexto educacional paulista e brasileiro. A *Revista* pode ser considerada uma das únicas publicações de educação e ensino editadas pelas escolas normais do interior paulista, a outra seria a

Revista de Educação, “Órgão da Escola Normal de Piracicaba e Escolas Anexas”, 1921-1922, organizada por Manoel Bergström Lourenço Filho, lente de Pedagogia e Psicologia do mesmo.

Em 12 de novembro de 1916, foi publicado o primeiro fascículo, e nele a Comissão de Redação esclarecia que a *Revista* destinava-se a publicação de trabalhos pedagógicos e científicos, críticas de livros e ensaios filosóficos de autoria do corpo docente da Escola Normal e demais membros do magistério primário. Ficava evidente no texto inaugural que a Comissão de Redação pretendia mediar os debates práticos e teóricos sobre o ensino normal e primário do estado de São Paulo e intervir efetivamente nos debates sobre os rumos da vida nacional.

Os anos que coincidiram com o fim da Primeira Grande Guerra (1914-1918) certamente concentraram a atenção especial dos círculos ilustrados. Nesse momento o Brasil viveu uma onda de aspirações nacionalistas, que segundo Rosa Fátima de Souza em “A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira” tratava-se de movimentos e campanhas nacionalistas com finalidade a elevação moral e política do país, sobrelevando-se temas como voto secreto, a erradicação do analfabetismo e o serviço militar obrigatório.

O fervor nacionalista, alimentado por alguns grupos políticos e intelectuais descontentes com a oligarquia no poder e os desvirtuamentos da República, trouxe à baila a questão da nacionalidade brasileira, o combate à estrangeirização do Brasil, a reforma política, a moralização dos costumes e a regeneração da nação. (SOUZA, 2000, p.109).

Em *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*, Boris Fausto (2001) expressou conclusões semelhantes, os movimentos de cunho nacionalista popularizam a urgência do serviço militar obrigatório reforçando a importância das Forças Armadas, e da difusão de um ensino cívico. De fato, intelectuais, políticos, médicos, engenheiros, sociólogos, professores, literatos, colocaram a urgência de “pensar” o Brasil e seu futuro. Sem dúvida, a Primeira Guerra Mundial provocou um impacto entre os intelectuais, reacendendo a necessidade de refletir o Brasil do ponto de vista brasileiro. Conforme Lucia Lippi de Oliveira, em “A questão nacional na Primeira República”:

O impacto da Primeira Guerra Mundial se torna presente em vários países do mundo. O século XIX é considerado o maior século, pois só acaba em 1914. Se a Europa está decadente, o futuro estará na América. Daí ser necessário repensar o Brasil marcado pelo atraso econômico, pelo clima e pela raça. Estes fatores eram pensados como negativos porque a elite se via e pensava o país com mentalidade europeia. Era preciso quebrar este constrangimento externo e voltar-se para as raízes brasileiras. Era preciso inventar a autenticidade — buscar raízes nacionais em um passado histórico ou imemorial (mitos). (1997, p.198)

Para Tania de Luca, autora de *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação* (1999, p.19), as elites tinham a convicção de que eram responsáveis por revelar a verdadeira face do Brasil e promover o progresso: “o credenciamento para a tarefa proviria de uma suposta qualificação para desvendar as regras do funcionamento social e desse modo formular, a partir de dados e critérios objetivos, políticas de ação”. Conclui afirmando que a República não cumprira suas promessas.

A Escola Normal Secundária de São Carlos e a *Revista*, por sua vez, ecoaram largamente discursos e conferências visando uma moralização social, difusão do civismo e militarização da juventude. Destaque entre os discursos e conferências publicados pelo periódico foram às mobilizações de Olavo Bilac. O fascículo 4, junho de 1918, transcreveu

em suas primeiras páginas, na íntegra o famoso discurso “Palavras aos meninos brasileiros”. No trecho inicial do discurso Bilac exaltava o adulto responsável que poderia estar na criança.

Faltando-vos, meus amigos, não falo já a crianças, mas aos homens que já deveis ser. Nesta crise perigosa da formação do Brasil, é preciso que a vontade, a seriedade e a atenção já estejam dominando os espíritos das crianças. A tarefa é imensa e urgente, o tempo da vida é breve, os acontecimentos precipitam-se; é necessário que nos corpos de dez anos já se temperem almas de vinte, e que na inocência do menino já se afirme a energia do cidadão.

Sois felizes, porque entraís na vida, justamente na época em que o Brasil entra no auge da sua virilidade. Eu, e os da minha idade, não veremos a verdadeira e perfeita Pátria, que está surgindo; vê-la-eis, e dela vos orgulhareis, se souberdes desde já manter e desenvolver este impulso heroico, esta arrancada sublime, em que vibra a nossa nação, neste alvorecer de pujança. Para que esta alvorada se perpetue em dia glorioso, é indispensável que desde já vivais, penseis e trabalheis como homens.

Em sintonia com as expectativas da hora tão propagandeada por Olavo Bilac, em “Culto cívico”, Carlos da Silveira verberava perigos e expectativas idênticas:

O tempo é de incertezas quanto ao dia de amanhã; a Europa, berço vetusto de uma civilização que ora se transforma, resolve-se medonha num sangue generoso do qual há de brotar um futuro melhor, mais puro, mais harmonioso. (SILVEIRA, 1919, p.21).

Para Silveira, Olavo Bilac era o apóstolo propagador das esperanças de um país melhor, movido por ideais de grandeza e força, harmonia e justiça. Era o “novo Pedro”, fundador de uma nova “religião” — a religião da Pátria: “bendito seja o poeta sementeiro, bendita a terra promissora, bendita a semente de que brotarão messes fartas e incalculáveis”, proferia o autor.

É bem verdade, ilustrado auditório, que há uma religião da Pátria a qual se constitui, como todas as religiões, dos dois elementos essenciais: ideias patrióticas e sentimentos patrióticos. Assim como nas religiões o elemento intelectual (ideias, dogmas, crenças) sofreu uma evolução do manipanso ao monoteísmo, assim também o elemento intelectual na religião da Pátria passou da idolatria patriótica a ideia de união necessária, como ponto de transição para um ideal verdadeiramente cristão – de fraternidade universal – a Grande Pátria humana. (SILVEIRA, 1919, p.8)

Como em um culto religioso, Carlos Silveira salientava em “Culto cívico” que ao cidadão antes da “adoração” necessitava fazer um “autoexame” e discernir a intensidade da “fé” e do compromisso com a “Pátria”:

Convido-vos, pois, meus caros patrícios, a verificardes num exame de consciência muito sincero, o grau da vossa própria educação cívica para, com os resultados desse exame, ir, cada um tentando atingir a perfeição almejada, quotidianamente, passo a passo, sem desânimos e sem tergiversações (idem, p.7).

Prática próxima à ideia de “confissão dos pecados” seguida de arrependimento e confirmação de compromisso de mudança de atitude, o “autoexame” expressaria o modo pelo qual cada cidadão contribuía para o engrandecimento nacional. Os argumentos do

autor a respeito da união civismo e religião eram uma das estratégias de mobilização política; nos argumentos, o Estado aparecia como ente protetor que acolhia e amparava a prole, a escola, o templo onde os fiéis cultuavam a pátria, o professor, um sacerdote secular.

Os apelos de mobilização dos homens ilustrados e dos braços fortes da nação eram recorrentes. Em “Mestres e soldados”, Atugasmin Médici, conclamava:

Somos uma criança viçosa e sadia, uma criança aproveitável, que não pode ser descuidada que precisa de instrução. Vivemos na necessidade constante de espalhar a instrução, porque ainda somos uma nacionalidade nova (1917, p.87).

Recurso argumentativo plenamente corroborado por Antonio Firmino Proença, em “Escola e a caserna”, originariamente discurso pronunciado na sessão de entrega das cadernetas de reservistas aos atiradores da Escola.

Nós somos um povo em formação. Até aqui temos andado as escuras, seguindo os mesmos trilhos dos nossos antepassados. Agora começamos a ver um pouco. Resolvidos os nossos dois grandes problemas – a restauração física do povo e a sua conveniente educação, o Brasil será rico, poderoso, invejado e invencível (1920, p.68, grifo do autor).

Tania Regina de Luca (1999, p.90) ao analisar o clima intelectual desse período, constatou ser frequente a comparação entre o Brasil, país em desenvolvimento, e a criança em fase de crescimento, comparação que, segundo a autora, indicava haver um longo caminho a percorrer até que todas as nossas potencialidades e possibilidades desabrochassem, revelando enfim a real face do país: “[...] a crença na imaturidade dava margem a um julgamento condescendente do presente e postergava, com tranquila confiança, a solução de todos os males parta um futuro, naturalmente não datado”. Sobre esse clima de época e suas ideias predominantes, Lucia Lippi Oliveira assim ponderou:

A questão nacional no Brasil assumindo um desenho que a define como um problema. No confronto com a Europa, e mais tarde com os Estados Unidos, estamos sempre às voltas com o que nos falta. A avaliação negativa do passado e das possibilidades futura são constantes. O confronto do Brasil com outros países produz um leque de diferenças, aponta as singularidades que passam a ser avaliadas positiva ou negativamente. (1997, p. 187).

O “entusiasmo pela educação”, conforme formulação de Jorge Nagle (1976, p.95), vigente no período ligava-se às tentativas de recomposição do poder político de grupos que estavam à margem desse processo ou que acreditavam ser possível concretizar os ideais republicanos e democráticos pelo aumento e esclarecimento dos eleitores, expectativa compartilhada por Ezequiel de Moraes Leme:

Precisamos reagir, senhores, contra estes estado de coisas. É nosso dever consagrar toda a nossa energia para tornar uma verdade o regime representativo.

A democracia é o regime em que o governo é exercido pelo povo, por seus mandatários. Mas o povo que se governa é povo que tem civismo. E o civismo é palavra vã entre os ignorantes, os que desconhecem o alfabeto. Estes são mais animais que homens. Sendo a maior parte da nação brasileira completamente bronca é bem de ver a sua absoluta incapacidade para se governar. (1921, p. 13-14)

Segundo Jorge Nagle (1976, p.102), “A importância da escolarização, neste contexto, é derivada de necessidades políticas; devido a isso, e não a outros argumentos, quaisquer que sejam, a escolarização ganha prestígio”. As vozes eloquentes conclamavam a uma reação positiva e com ela mudar o quadro que imperava na política brasileira. Com efeito, devido o alto índice do absentismo, Carlos da Silveira considerava que a obrigatoriedade do voto era algo urgente para consolidação do regime democrático, tão urgente que conforme o autor vários países civilizados já haviam adotado o voto obrigatório.

Não se concebe um ESTADO FEDERATIVO sob um GOVERNO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO, em que o cidadão deixe de votar [...] O absentismo é um mal tão grande que vários países adotaram já o voto obrigatório. Mas não basta seja o voto obrigatório, apenas; preciso é que o seja também secreto, porque o respeito ao voto só é completo quando ele é inteiramente secreto (SILVEIRA, 1919, p.41 – grifo do autor)

Para esses homens letrados, o projeto de moralização social teria como fundamento a extensão da educação popular, pois se atribuía a ignorância à causa de todas as crises e da “degeneração social” reinantes. Daí outra recorrência, a ênfase nas celebrações das datas nacionais, no hastear a bandeira, o entoar os hinos pátrios, o escotismo, ou seja, a prática do “culto cívico” e da “religião da Pátria” para além do espaço intraescolar.

O hino e a letra

Entre as atividades cívicas priorizadas pelos professores da Escola Normal de São Carlos constavam o “Culto à bandeira” e o “Hino Nacional”. Entretanto, havia um problema a ser resolvido. Em “A letra do Hino Nacional”, Elizário de Araújo notava:

Nota-se com relação ao hino nacional brasileiro, uma sensível lacuna, fato que se não justifica e que reclama, sem demora, uma providência definitiva: é a falta de uma letra oficial, pois atualmente o que há, no Brasil, é uma pluralidade de letras para o hino nacional. Com efeito, se a música está consagrada, o mesmo não acontece com a letra. Qual é a letra do hino nacional? (1921, p.25)

Em âmbito maior, havia uma preocupação, pois as vésperas da celebração do centenário da Independência, em 1922:

Daqui a um ano e pouco comemoramos o centenário de nossa independência política. Cem anos de vida livre, autônoma. Entretanto, ainda não temos uma letra oficial para o hino da Pátria! No concerto das nações livres, talvez sejamos o único povo a fazer exceção a este respeito. (idem).

A disputa simbólica acerca do hino e da bandeira nacionais foi estudada por José Murilo de Carvalho em *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Proclamada a República, o hino ouvido nas ruas e nos eventos cívicos da Capital Federal era a *Marselha*. Em 22 de novembro de 1890, o Governo Provisório promoveu um concurso para musicar a letra de Medeiros e Albuquerque, entretanto, para surpresa geral, o major Serzedelo Correia recebeu o pedido de executar o hino de Francisco Manuel da Silva, hino oficial da Monarquia: “Serzedelo levou o apelo a Benjamin [Constant], este consultou Deodoro. Decidiu-se na hora que fosse tocado o hino e que continuasse como hino nacional” (CARVALHO, 1990, p.125). Após a oficialização do Hino Nacional, de autoria de Francisco Manuel da Silva, estabeleceu-se que a música de Leopoldo Miguez

seria o Hino da Proclamação da República. Mais tarde, após exacerbação das críticas, oficializou-se a letra composta pelo poeta e jornalista Joaquim Osório Duque Estrada.

Progressivamente, o “culto cívico” absorveu aspectos da moral — práticas e rituais cívicos, como festas e desfiles, saudação aos símbolos nacionais foram incorporados ao aprendizado escolar, uma vez que era considerado fundamental para a formação do caráter e unidade nacional. Em a “A moral cívica”, originariamente conferência em nome da Liga Nacionalista, na cidade de Jaú, São Paulo, em 7 de setembro de 1918, Dagoberto Salles enfatizava a semelhança entre civismo e religiosidade:

Ser patriota, ser bom cidadão, é possuir educação cívica. E a educação cívica em última análise, nada mais é do que a religião da pátria. Nessa religião, como em todas as outras, há graus de perfectibilidade para a consciência dos fiéis. (SALLES, 1918, p.70).

Buscar a perfeição individual e coletiva na “religião da pátria” deveria ser o ideal de cidadania, pois assim como o cristão busca a perfeição, ao cidadão cabia evoluir na “escala do patriotismo”. Nessa evolução, a “moral cívica”, era preponderante. Para o autor, o “amor à liberdade” era um direito que o homem desfrutava de sua liberdade sem ferir seu semelhante. Por fim, vale ressaltar que a participação no “júri popular” e o “respeito às leis” também fazem parte dos mandamentos da religião patriótica. O cidadão, ao cumprir as obrigações eleitorais e respeitar as leis, estaria assegurando a liberdade e garantindo a integridade da justiça (SALLES, 1918, p.70-76). De modo geral, os autores em seus artigos partilhavam de uma história que exaltasse o passado nacional e a uma Geografia que retratasse as belezas e as riquezas naturais do país; em suma: de um ensino prático e de cunho nacionalista que cultivasse datas e rituais compreendidos como “ensino cívico”.

O escotismo como meio associativo e educativo

Outro meio de iniciar os escolares nos rituais de valorização patriótica era a prática do escotismo associado ao ritual cívico-militar, tal como queriam os militantes das ligas nacionalistas com fito de alcançar segurança e ordem nacional. De fato, em 1917, era introduzido o escotismo nas escolas, quando distribuiu-se em larga escala do *Manual do Escoteiro*, de Baden Powell.

Criado na Inglaterra pelo [Lorde Robert Stephenson Smyth Baden-Powell](#), em 1907, o escotismo caracterizou-se como um movimento voltado para o desenvolvimento dos jovens por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na [Promessa](#) e na [Lei escoteira](#), e através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, buscando deste modo fazer com que o indivíduo assumisse seu próprio crescimento tornando-se, assim, um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina. Visto tanto como meio de formação do caráter, quanto de preparação militar, o escotismo intensificou-se nos meios educacionais paulistas como fator de educação do caráter e de defesa da pátria. Em *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*, Jorge Carvalho Nascimento concluiu que:

Em São Paulo, as autoridades educacionais demonstraram grande entusiasmo pelo movimento escoteiro e já em 1917 estava firmado um acordo com a Associação Brasileira de Escoteiros. No mês de agosto de 1917, durante uma solenidade que aconteceu na Escola Normal de São Paulo, foram indicadas 30 professoras para compor a primeira turma do curso intensivo de formação de chefes Escoteiras. Após o curso, essas professoras retornavam à suas classes a fim de formar as companhias de escoteiras. Foi nesse mesmo período que a Associação Brasileira de

Escoteiro (ABE) estreitou suas relações com a Liga de Defesa Nacional, marcando suas atividades com características nacionalistas.

A introdução do Escotismo como prática nas escolas do Estado de São Paulo aconteceu durante a segunda gestão de Oscar Thompson à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública, entre 1917 e 1920. Entusiasta da Escola Nova, Thompson estabeleceu como prioridade da sua gestão a formação integrada do homem, a partir do trinômio ‘conhecer, compreender e aprender’. (2008, p. 279)

Rosa Fátima de Souza em “A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira” ao analisar a introdução e a disseminação do escotismo nos meios escolares brasileiro, observou uma peculiaridade, os professores e diretores preocupavam-se em adaptar o escotismo aos hábitos e costumes paulistas:

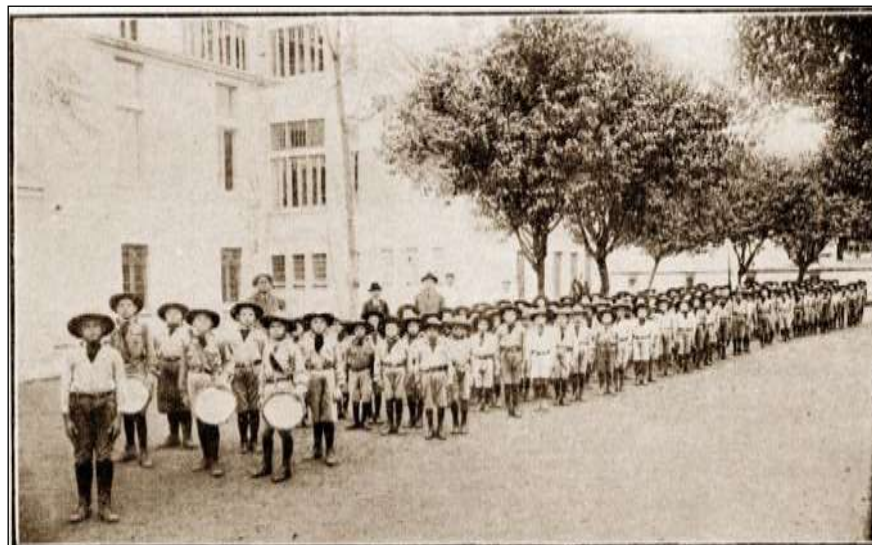
As práticas cívico-militares em voga nas escolas primárias atendiam, assim, a múltiplos propósitos: fosse à perpetuação da memória histórica nacional, a exibição das virtudes morais e cívicas inscritas na obra formativa escolar, a ação educadora da escola para o conjunto da sociedade ou a expressão do imaginário sociopolítico da República (SOUZA, 2000, p.113-114).

De fato, em “Instituições Patrióticas”, conferência no anfiteatro da Escola Normal, em 1º de novembro de 1917, Elisiário de Araujo, ponderava:

Fazei, senhores, os vossos filhos escoteiros. E mandai-o para a escola, para que eles aprendam a ler, a escrever e a contar; para que conheçam a nossa geografia e a nossa história; a geometria, cujos conhecimentos práticos está o pedreiro ou o carpinteiro todo dia empregando; as ciências físicas e naturais, através de noções que não podemos dispensar em nossa vida cotidiana; e a educação moral e cívica como coroamento da aprendizagem. (1917, p.103)

O entusiasmo pelo escotismo é evidente, não só entre os autores da *Revista* como também em outras associações diversas, como as ligas nacionalistas. Olavo Bilac, segundo Elisiário de Araújo, preceituava o escotismo como elemento da “heroicultura”, uma contribuição possível para a defesa nacional estava na obrigatoriedade do escotismo:

No escotismo, a ideia de honra define-se: é a honra do indivíduo, e a honra do cidadão; e o desinteresse e a magnanimidade não são apenas gestos formosos: são ações justas e úteis, justas para a perfeição humana, e úteis para a grandeza da Pátria. (ARAUJO, 1917, p.102).



A comissão regional de escoteiros do Grupo Escolar "Oswaldo Cruz", cujo patrono é o bandeirante "João Leme do Prado".

Ilustração 1 - A comissão regional de escoteiros do grupo escolar "Oswaldo Cruz". Para os intelectuais das décadas de 1910 e 1920 escotismo tinha um papel fundamental na formação da identidade nacional, pois dentre os valores apregoados eram priorizados a disciplina e o amor à pátria. **Fonte:** *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1924).



Tambaú. — Acampamento de escoteiro no dia 7 de Setembro de 1922.

Ilustração 11 – Tambaú - acampamento de escoteiros no dia 7 de Setembro de 1922. **Honra, lealdade, amizade, fraternidade, respeito com o meio ambiente, disciplina, autoestima e caráter**, princípios que faziam parte da vida de um escoteiro. **Fonte:** *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1924).

Os escoteiros se diferenciavam dos demais meninos pela aquisição de bons hábitos, escrevia Domingos de Vilhena em "O escotismo como meio educativo": "nas ruas, em casa, nas aulas, é fácil destacar um escoteiro: meninos bem educados, filhos amorosos e obedientes, alunos exemplares" (VILHENA, 1921, p.24), visto que, "ao escoteiro é proibido discutir sobre assuntos políticos, religiosos ou filosóficos, como sobre tudo o que possa ser causa de prejudiciais dimensões", posicionamento favorável, segundo Elisário, para uma sociedade que buscava a unidade de pensamento e sentimentos (ARAÚJO, 1917, p.102).

O próprio código do escoteiro priorizava a honra e a dignidade:

[...] a palavra de um escoteiro é sagrada. Ela coloca a honra acima de tudo, mesmo da própria vida [...] o escoteiro aceita, em todas as circunstâncias, a responsabilidade de seus atos [...] o escoteiro tem a constante preocupação de sua dignidade e o respeito de si próprio (idem, p.103).

Em “Discurso pronunciado na festa inaugural da Sociedade de Estudos e Conferências”, proferida em 9 de setembro de 1916, Mario Natividade, ratificava o entusiasmo e partilhava da percepção das mudanças em curso.

Conferências de civismo se realizam por toda parte. Já se constroem ligas patrióticas sob a égide oficial. E, por fim, o escotismo, essa força viva, maravilhosa, no país ganha terreno palmo a palmo. São tudo passos tardos, mas seguros, para a Canaã dos nossos sonhos; tudo desperta aquelas doces esperanças “de porto e salvamento”, de que fala o poeta. (1917, p.24)

Como narrou José Ribeiro Escobar, em “Histórico da Instrução Pública Paulista” (1933, p.160), o escotismo atingiu o auge na presidência de Washington Luis existindo naquele momento: “500 comissões, com mais de 100.000 escoteiros, grandes concentrações no interior, um desfile de 7000 escoteiros na Capital, e obtendo o escotismo o *grande prêmio* na Exposição do Centenário da Independência”, realizada em 1922, na capital da República.

Ao longo das páginas do periódico aqui investigado observou-se que a diversidade das propostas educacionais e assuntos veiculados representava uma tentativa de responder aos problemas e impasses inerentes a uma sociedade em transformação. Por conseguinte, a *Revista da Escola Normal de São Carlos* expôs questões e preocupações que extrapolavam limites regionais, seu enfoque alinhava-se aos debates promovidos por grupos desejosos de mudanças de âmbito nacional. O nacionalismo se evidenciava como peça fundamental na transformação da nação, do Estado e do povo brasileiro, conforme almejava os mentores das Ligas Nacionalistas e da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo.

Questões como o povo brasileiro e a identidade nacional estavam na ordem do dia. O *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1917, organizado por Oscar Thompson, diretor da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, é um documento revelador das preocupações nacionalistas e nacionalizantes. Do mesmo modo, os objetivos e discursos proferidos pela Liga Nacionalista de São Paulo expressavam inquietações semelhantes, indicando soluções diversas, como, extensão da participação política, adoção e oficialização do escotismo, formação cívica e patriótica da população e, principalmente, o combate ao analfabetismo.

A *Revista*, nesse sentido, apresenta aspectos reveladores de setores da sociedade que almejavam mudanças sociais propondo acabar com certos incômodos e problemas que manchavam a República, como o analfabetismo, a exclusão política de grande parte da população e principalmente apatia dos cidadãos frente ao novo regime. Nota-se que os discursos políticos, discursos dos professores normalistas e dos intelectuais presentes ao longo do periódico, se orientavam para uma renovação educacional e um projeto cívico que pudesse de fato promover a união do povo, a efetivação do novo regime e da própria nação.

A Escola Normal de São Carlos expressava, assim, por meio de seus catedráticos o desejo de uma remodelação educacional, na qual os valores cívicos, o patriotismo, o culto aos heróis e os símbolos nacionais se evidenciassem como base moral da formação dos

juvens e dos futuros mestres. Por fim, é nesse contexto de renovação educacional, que a formação de grupos de escoteiros torna-se peça chave no projeto de transformação moral e social. O escotismo assimilava ao mesmo tempo componentes importantes na formação e doutrinação das crianças e da juventude, componentes esses fundamentais para a formação da identidade nacional, ou seja, a formação moral e do caráter; a obediência social e o patriotismo.

Referências:

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do Governo do Estado. 1923. São Paulo: Casa Vanorden, 1924.

ARAÚJO, Eliasiário de. Instituições Patrióticas. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos. Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p. 93-107, dez., 1917.

_____. A letra do Hino Nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos. Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n.10, p. 25-27, jun., 1921.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EDITORIAL. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.1, p.1, nov. 1916.

ESCOBAR, José Ribeiro. Histórico da instrução pública paulista (Feito para o Anuário do Ministério da Educação). *Revista de Educação*, São Paulo, v.3, p.158-190, set./1933.

EXPEDIENTE. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.1, p.1, nov., 1916.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Descobrimos o Brasil).

LEME, Ezequiel de Moraes. Questões do ensino. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 10, p.13-17, jun., 1921.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

MEDICI, Atugasmin. Mestres e Soldados. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p.84-92, dez., 1917.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

Recebido em janeiro-13

Aprovado em maio-13

Notas

¹ Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP - Campus de Araraquara/SP (2009); graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Assis/SP (2001). Atualmente é professor titular de cargo - PEB - II - História - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Escola SESI- Centro Educacional - 146 Matão/SP. eneiasmarilia@yahoo.com.br